

POR QUE FAZER LINGÜÍSTICA (e que Lingüística fazer)?¹

José Borges Neto (UFPR/CNPq)

Há uns meses atrás eu fui convidado a participar de um evento do Programa de Pós-Graduação em Lingüística da USP. Tratava-se de uma mesa redonda que tinha por tema a questão “*Por que fazemos lingüística?*”. Infelizmente, já havia assumido outro compromisso e não pude aceitar o convite. Mas a questão ficou em minha mente e a vontade de arriscar alguma resposta só cresceu de lá para cá. Até para exorcizar esse “fantasma”, resolvi tratar do assunto nesta conferência. Obviamente, vou ter que entrar em diversas outras questões – tão ou mais polêmicas quanto ela – para realizar essa reflexão. Espero não aborrecer esta audiência com considerações que acabam por ser muito particulares, embora eu ache que a questão dos estudantes de pós-graduação da USP é uma questão para todos nós.

Ao abordar os estudos de História, Nietzsche – num texto admirável denominado “*Da utilidade e dos inconvenientes da História para a vida*”, texto que já abordei em outro lugar² – diz não acreditar em qualquer conhecimento que não seja imediatamente usado para a ação. A tese fundamental de Nietzsche é que **a história está ao serviço da vida**. Em outras palavras, o homem volta-se para o passado em função de seus interesses e necessidades do presente.

Vou pensar a Lingüística, aqui, seguindo os mesmos parâmetros: fazemos lingüística em função de nossos interesses e necessidades. Em outras palavras, a lingüística que fazemos, cada um de nós, reflete e revela um pouco do que somos, do que gostamos e das necessidades que temos. A lingüística que fazemos, enfim, é (e deve ser) útil para a nossa vida.

Eu tenho perguntado às pessoas o que foi que as levou a fazer o que fazem e, lingüistas ou não, a resposta tem sido notavelmente consistente: faço o que faço porque gosto de fazê-lo. Em suma, as pessoas procuram fazer o que gostam. Os lingüistas, em particular, parecem divertir-se em fazer lingüística. Creio que este é o primeiro modo de ver a Lingüística como uma atividade que serve à vida dos indivíduos.

E *fazer lingüística* é uma atividade tão multifacetada que pode satisfazer praticamente qualquer tipo de necessidade individual: quem gosta de resolver quebra-cabeças encontra na Lingüística atividade compatível com seu gosto; quem é curioso e gosta de descobrir coisas pode satisfazer esse seu gosto na lingüística; quem gosta de cálculos matemáticos e de manipular sistemas abstratos também pode fazer lingüística; quem prefere o trabalho com textos, quem gosta de intervir na vida social e política, quem tem a preocupação de resolver problemas de educação, enfim, todos podem satisfazer suas “vocações” fazendo lingüística.

Eu diria, até, que ter na lingüística um lugar de satisfação pessoal é condição necessária para que o trabalho possua um mínimo de qualidade. Ninguém consegue trabalhar bem em algo de que não gosta, que não o satisfaz como indivíduo. Características individuais determinam o tipo de lingüística (formal ou informal, relacionada ao social ou à educação, como ciência ou como atividade não-científica) que vai ser escolhida dentre o leque de opções que o indivíduo encontra em sua formação.

¹Conferência de encerramento do VII Encontro do Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul (VII CelSul), Pelotas-RS, outubro de 2006.

² Borges Neto, J. A História da Lingüística no Brasil. *Estudos Lingüísticos* XXXIV, Campinas, GEL, 2005, p. 4-13 (acesso pelo endereço: www.gel.org.br/4publica-estudos-2005/4publica-estudos-2005.htm)

Na verdade, dentre as opções a que somos apresentados, escolhemos, desde o início, certo tipo de lingüística para fazer: a que mais nos satisfaz.

Não quero fazer aqui nenhuma exposição autobiográfica, mas quando me defrontei – ainda estudante de Letras – com aquele conjunto de matérias, escolhi imediatamente a lingüística como a disciplina de minha predileção; e no interior mesmo da lingüística escolhi a fonologia como área de interesse prioritário. Mais tarde, no mestrado, encontrei a semântica (formal), disciplina a que não tinha sido apresentado no curso de graduação, e a paixão foi imediata. Olhando em retrospectiva, posso dizer que sempre fui atraído pelo que de mais formal e abstrato havia em meu caminho. Não creio que esta experiência seja completamente idiossincrática. Provavelmente, todos aqui passaram por experiência igual ou semelhante, *mutatis mutandi*.

Creio que esta é a primeira razão que nos leva a fazer lingüística: o gosto pessoal. Creio também que esta é, talvez, a razão fundamental.

É interessante notar, no entanto, que Nietzsche, ao falar dos interesses e das necessidades que determinam as formas de fazer história, fala em interesses *do indivíduo, da aldeia ou da nação*. E podemos supor que nem sempre esses interesses são compatíveis. Podemos supor que os interesses da comunidade possam conflitar com os interesses individuais. O que nos remete a um outro tipo de questão: à questão da utilidade da lingüística e da responsabilidade social do lingüista.

Veamos o que disse, em 1978, Tjerk Franken, sociólogo ligado à FINEP na época, sobre a questão da utilidade da ciência, num texto adequadamente denominado “*A inutilidade da ciência útil*”³:

A pergunta básica é: “Ciência para quê?”. O que se exige é que os próprios cientistas provem a utilidade da ciência. A ciência não é vista como uma necessidade real da própria sociedade, mas um privilégio que esta concede a um pequeno grupo de pessoas, desde que consigam, eles, provar que existem para algo, que são úteis, que são capazes de contribuir, de alguma forma significativa e eficaz, para a solução dos principais problemas concretos (e geralmente materiais) da sociedade. É preciso que esteja claro desde o início como e por quem se dará a apropriação do conhecimento e quais os benefícios que dele podem ser esperados.

(Franken 1978:51)

O Brasil tem uma longa tradição de encarar a ciência pela ótica utilitária e imediatista. (...) O episódio do Agrônomo de Campinas, criado em 1887, para estudar todos os problemas referentes à agricultura nacional é elucidativo. Foi convidado para dirigi-lo o jovem e conceituado químico Dafert, da Alemanha, que trouxe junto com ele uma série de outros especialistas.

Estes imediatamente cuidaram de montar todo aparato científico necessário, avançado para os padrões da época, e começaram suas pesquisas, centradas evidentemente sobre o café. Passado o primeiro momento de sensação e encantamento, a população local, principalmente os

³ Franken, T. A inutilidade da ciência útil (um paradoxo brasileiro). *Cadernos de Tecnologia e Ciência* 1 (1), junho de 1978, p. 47-61.

fazendeiros, começaram a pressionar para que Dafert fosse demitido, já que julgavam saber plantar e colher café e não conseguiam entender em que aquelas misteriosas atividades lhes pudessem ser úteis.

Na mentalidade deles, uma publicação numa revista científica não tinha diretamente nenhum valor para a agricultura. De nada adiantaram os esforços de Dafert de explicar pacientemente aos interessados a finalidade do que estava fazendo. (...) [E]m 1897 afastou-se definitivamente.

Tendo assumido a direção do Instituto o grupo favorável a uma linha alegada como menos teórica, somente por volta de 1930 ele [o Instituto Agrônomo de Campinas] conseguiu se reabilitar cientificamente.

(Franken 1978: 51-52)

Esta longa citação do texto de Franken merece alguns poucos comentários, embora as questões sejam evidentes.

O primeiro comentário tem a ver com a generalidade da exigência de que os cientistas, a cada passo, justifiquem a “utilidade” de seu fazer. Essa não é uma questão restrita à lingüística. Imaginem a dificuldade que astrônomos devem ter em justificar os gastos imensos (muito maiores do que todos os lingüistas do mundo, juntos, poderiam sonhar em gastar durante séculos!) com a construção de potentes telescópios, apenas para ficar olhando os céus em busca de novos corpos celestes. Creio ser evidente que a astronomia não pode ser considerada “útil”, nesse sentido rasteiro do termo.

O astrônomo americano Mike Brown, por exemplo, ficou conhecido por ter descoberto **Eris** (o corpo celeste, maior que Plutão, que desencadeou toda a recente discussão sobre o que é um planeta), **Sedna** (o objeto do sistema solar que mais se afasta do sol no afélio) e **Santa** (corpo celeste tão grande quanto Plutão e oval como uma bola de futebol americano).

E qual a utilidade disso? Que desenvolvimento tecnológico pode advir daí? Que produtos (materiais) podemos esperar? Certamente essas perguntas não passam pela cabeça das pessoas. Ninguém pensa, também, que a astronomia deve ser banida da academia ou que os órgãos financiadores devem, a partir de agora, ignorar todos os projetos apresentados pelos astrônomos. Enfim, a questão da “utilidade”, neste caso, não é verdadeiramente uma questão.

Ao lado da ciência, corre outro tipo de atividade – a tecnologia – cuja função é exatamente a da apropriação dos resultados da ciência e o desenvolvimento de “produtos úteis”. De forma geral, os resultados da atividade científica não são imediatamente úteis. Apenas parte dos conhecimentos produzidos pela ciência é apropriada pela tecnologia. Como diz Franken (p. 51),

[Q]uanto mais diferenciado e complexo for o campo de atividade que de alguma maneira procura conectar a esfera do conhecimento com a da produção material, mais difícil fica uma resposta clara e objetiva quanto à função da produção de conhecimentos originais, cuja apropriação pode ser múltipla e mediatizada por instituições e interesses divergentes e até conflitivos.

O segundo comentário tem a ver com a avaliação da “utilidade” do conhecimento: a quem cabe decidir que conhecimentos são úteis e que conhecimentos não o são?

É preciso concordar, inicialmente, que numa situação de escassez é preciso escolher entre aplicar mais recursos nesta ou naquela área. E que essa decisão é essencialmente política. Recentemente, por exemplo, o CNPq elegeu algumas poucas áreas como prioritárias: a arqueologia, a ciência da computação e a educação estavam entre elas. Se, por um lado, é fácil justificar por critérios utilitaristas a inclusão da educação e da ciência da computação, a justificativa da presença da arqueologia na lista das prioridades só se justifica pelo desejo de desenvolver harmonicamente todas as áreas de investigação científica, já que a pesquisa arqueológica é cara e comparativamente pouco desenvolvida no Brasil. Assim, a política de fomento do CNPq, aparentemente, conjuga critérios utilitaristas com critérios de outras ordens. O que é bom, no meu entender.

Se a avaliação se fizer por critérios exclusivamente utilitaristas, acabaremos por reeditar o caso do Instituto Agrônomo de Campinas e perderemos – como lá – quarenta anos com inutilidades. Numa democracia, a decisão deve ser resultado de discussão feita pelo conjunto da sociedade, incluídos aí, obviamente, mas sem estatuto especial, os cientistas.

Voltando ao texto de Franken, encontramos as seguintes passagens:

O exercício amplo e livre da produção científica no mais alto nível possível representaria uma base social de que resulta uma série de benefícios que não se restringem em absoluto à aplicabilidade prática de seus resultados.

(...) a ciência também tem uma “utilidade”. Mas esta não é imediatamente econômica ou social como também não é transparente nem unívoca. Mais do que uma “utilidade”, ela tem um papel ou papéis sociais importantes. (...)

O exercício da atividade científica ou o contato com ela teria também um poder formador sobre as pessoas, sua presença ativa na sociedade seria altamente positiva, independentemente dos seus resultados imediatos e muito menos da aplicabilidade econômica destes.

(Franken 1978: 57)

Se isso não é óbvio para o conjunto da sociedade, é parte de nossa responsabilidade – também como cientistas, mas principalmente como cidadãos – entrarmos no debate e, politicamente, justificarmos nossa existência.

Em trabalho recente, publicado em forma de livro com o acompanhamento de 26 comentários e de uma “resposta aos meus debatedores”, o lingüista da Unicamp Kanavillil Rajagopalan (mais conhecido como Rajan) coloca, de forma contundente, uma crítica à alienação político-social dos lingüistas, no contexto do debate sobre a lei do deputado federal Aldo Rebelo sobre os estrangeirismos⁴.

O argumento de Rajan foi resumido, na *Introdução* do livro, pelo Prof. Fábio Lopes da Silva (da UFSC) da seguinte forma:

⁴ Silva, F. L.; Rajagopalan, K. (orgs). *A lingüística que nos faz falhar*. São Paulo: Parábola, 2004.

1. Quando os lingüistas se arriscam a intervir em discussões públicas, seu primeiro passo é medir as opiniões dos não-lingüistas em relação às descobertas ditas científicas da lingüística;
2. Via de regra, conclui-se que as opiniões dos não-lingüistas sobre a linguagem manifestam uma série de preconceitos e mitos;
3. Esses supostos preconceitos e mitos encarnariam os perigos políticos que caberia aos lingüistas denunciar e dissipar;
4. Em resumo: o viés político do lingüista só se coloca depois que a ciência da linguagem se pronunciou e é inteiramente dependente dela.

Segundo Rajan, o poder de convencimento dos lingüistas tem sido próximo de zero e a explicação para esse fracasso está nas escolhas epistemológicas da área, que inviabilizariam qualquer possibilidade de diálogo com o chamado senso comum sobre a linguagem. Mais especificamente, na escolha de uma perspectiva teórica que vê a linguagem como um fenômeno independente das crenças e valores dos falantes individuais e da natureza das sociedades em que a língua é falada. Em suma, o erro dos lingüistas é o desenvolvimento de uma lingüística sem sustentação antropológica (ele prefere dizer *ética*).

Em primeiro lugar, quero dizer que concordo quase integralmente com o diagnóstico de Rajan sobre o potencial de intervenção política dos lingüistas enquanto lingüistas. Digo quase integralmente porque discordo radicalmente da opinião – e o que Rajan apresenta é apenas uma opinião – de que a razão para o “fracasso” dos lingüistas esteja nas escolhas epistemológicas efetuadas.

Tivemos recentemente, no estado do Paraná, uma discussão acalorada sobre o plantio de soja transgênica. O governo do estado proibiu o embarque/desembarque de soja transgênica no porto de Paranaguá e chegou a proibir o transporte de soja transgênica no território paranaense. A posição do governo do estado atingiu grandes interesses econômicos e tornou-se alvo de reações de toda ordem. Os biólogos, especialistas em engenharia genética, certamente têm suas opiniões sobre os efeitos da soja transgênica no consumo humano ou dos efeitos ecológicos da introdução desse tipo de soja no ambiente. Todos os que eu conheço, no entanto, são unânimes em afirmar que não foram ouvidos pelos contedores. O que será que está acontecendo com a biologia? Será que escolhas epistemológicas equivocadas criaram uma “biologia que os faz falhar”? Será que a biologia precisa tornar-se “crítica”, aberta às crenças e valores dos indivíduos?

Não sei. O que sei, é que não se trata aqui de dialogar com o senso comum, porque certamente não são as opiniões do senso comum que estão em jogo, mas interesses econômicos e interesses ideológicos (é preciso por limites no monopólio da multinacional de origem norte-americana Monsanto, por exemplo, que é a única fornecedora de sementes de soja transgênica. É preciso evitar a dependência econômica, já que a soja transgênica não produz sementes, que precisam ser adquiridas a cada safra).

A razão do fracasso dos lingüistas parece estar em outro lugar.

Por um lado, por trás de uma crítica – clara, precisa e pertinente – de uma certa postura arrogante dos cientistas, que pretendem deter o único saber legítimo, podem se esconder interesses outros. E, conforme os interesses em jogo, usam-se as opiniões dos especialistas ou não; usam-se as opiniões de alguns especialistas e não de outros.

No caso da lingüística, poderia tratar-se de manipular estudantes e jovens lingüistas para que abandonassem certos tipos de lingüística (como a Monsanto, de

origem norte-americana). Certamente, esse não é o motivo que impulsiona o Rajan. Eu o conheço o suficiente para saber que ele é sincero em suas colocações.

Por outro lado, uma vez que se trata de discutir as possibilidades de intervenção dos lingüistas, *enquanto lingüistas* (e não enquanto cidadãos), precisamos ver se alguma outra área da ciência tem esse poder e como sua participação de dá. Será que os físicos são chamados a opinar no momento em que se discutem políticas energéticas? Já vimos que os biólogos não são. E se os físicos são chamados, como se dá sua participação? Será de alguma outra forma que não a que foi exposta acima como o “erro” dos lingüistas, isto é, “*o viés político do físico só se coloca depois que a Física se pronunciou e é inteiramente dependente dela*”? E qual seria o papel do Físico, se não esse? Falar a partir do que a Física assume como verdade (mesmo que provisória). Como um lingüista poderia opinar – enquanto lingüista – se não a partir do conhecimento que sua disciplina construiu. Confesso que não consigo ver essa alternativa.

Creio que Rajan concorda comigo que isso é assim. O seu argumento, no entanto, conclui que se não estamos nos fazendo ouvir é porque há algo de errado com o conhecimento que construímos. Com a “epistemologia” que escolhemos. Imagino que geólogos e ambientalistas não irão colocar em xeque suas “epistemologias” se, no debate político, prevalecer a opinião de que as águas do Rio São Francisco devem ser transpostas. Imagino que médicos não abrirão mão de suas “epistemologias” se o Congresso Nacional aprovar o aborto. E assim por diante.

Nós, lingüistas, produzimos conhecimento sobre a linguagem – e acreditamos no conhecimento que produzimos. Se não somos ouvidos, talvez estejamos nos colocando mal no debate, talvez as pessoas que conduzem o debate não estejam querendo nos ouvir, talvez alguns estejam sendo ouvidos e não outros.

O que eu quero colocar aqui, como conclusão, é que assim como há pluralidade de posições epistemológicas (isto é, há mais de um modo de abordar os fatos e nenhum deles detém a verdade, embora todos pretendam, de alguma forma, ter encontrado o caminho correto para ela), há uma pluralidade de posturas políticas. A posição assumida por Rajan quanto à necessidade de uma revisão geral dos rumos dos estudos lingüísticos não é a única posição possível, nem pode pretender ser a melhor posição de todas.

Achar que o erro é exclusivamente dos lingüistas é tão ingênuo quanto achar que os lingüistas não erram. O embate se dá numa dimensão ética e política que transcende o nível do epistemológico e, nessa dimensão, as posições epistemológicas que cada um assume só atrapalham na medida em que procuramos usá-las inadequadamente como argumento. Em outras palavras, no campo dos embates políticos a ciência é instrumento **de** e **do** poder – e nesse sentido nunca é “pura” – e o erro talvez esteja em achar que os cientistas vão ter suas opiniões de cientista respeitadas fora do campo da ciência.

Muito obrigado